

o acesso à moradia

arq. Pascoal Guglielmi

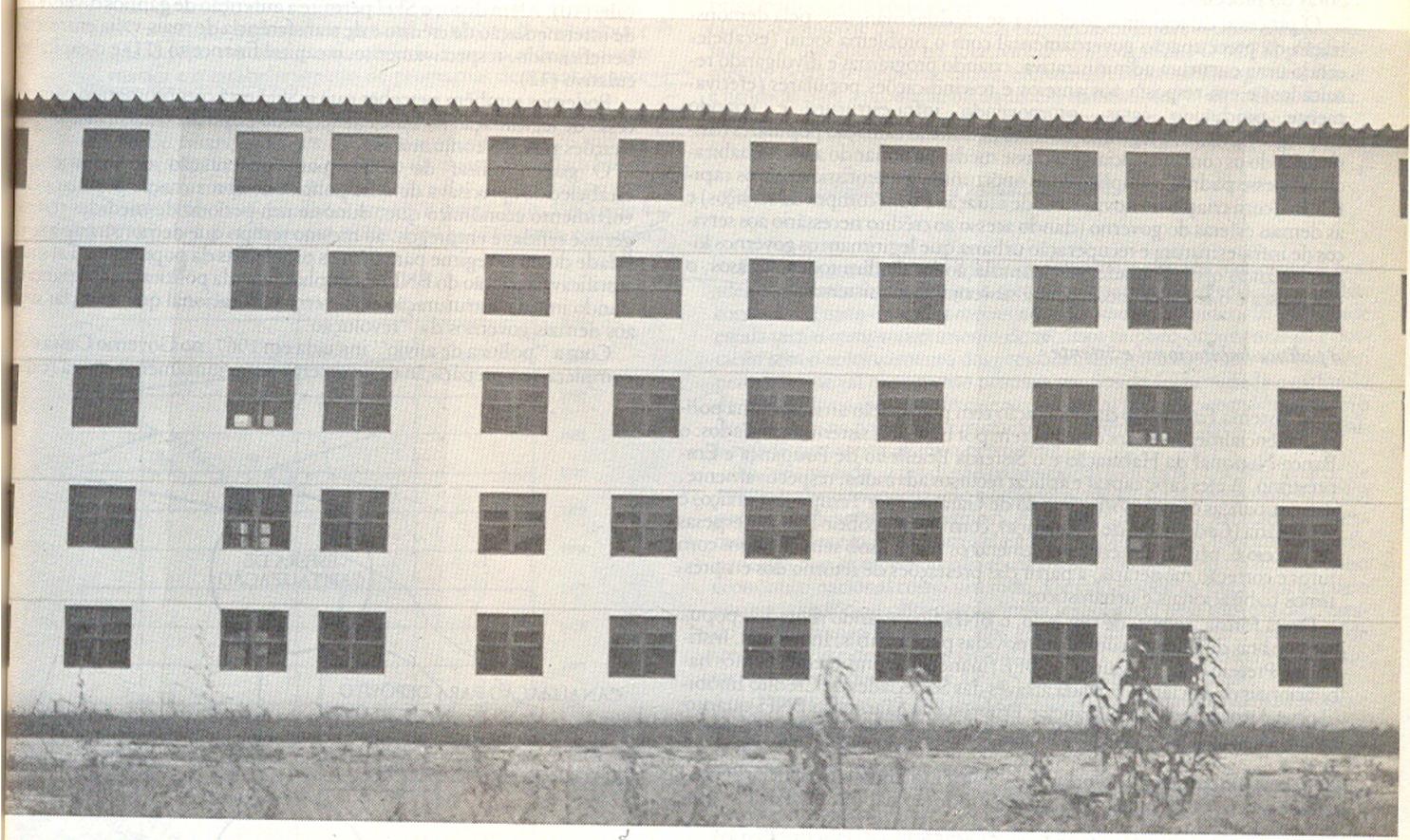
A rápida industrialização presenciada neste país durante os últimos 20 anos reflete-se física e socialmente na fenomenal expansão de nossos centros urbanos, uma vez que a inexistência de uma política de desenvolvimento integrado vem gerar profundos desequilíbrios, acentuando as diferenças regionais e promovendo o abandono do campo. O movimento migratório decorrente deste processo, aliado à expressiva taxa de crescimento de nossa população, vai assim constituir-se no elemento responsável pela explosão urbana que conhecemos.

Dentre as inúmeras carências consequentes deste inchamento exagerado (como as de infra-estrutura, equipamentos sociais e serviços públicos) destaca-se a de caráter habitacional, diante da proliferação dos cortiços,

Se, de um lado, tais antecedentes não nos permitem fazer um prognóstico otimista, de outro, uma análise sócio-econômica nos mostra um panorama ainda mais negativo: diante de um quadro conjuntural de economia recessiva e salários rebaixados, dispomos de uma política habitacional que, baseada na ideologia da casa própria, depende de percentuais dos ganhos populares, tanto para a composição de seus recursos, quanto para a reposição destes. É, dessa forma, extremamente difícil entender qual a estratégia de abordagem do problema habitacional pela ótica da propriedade privada, já que esta limita sua viabilidade ao poder aquisitivo da população.

Entretanto, não podemos negar que a casa própria é uma indiscutível

em 1974, o governo
Walter
Lacerda com
a participação
de membros
do ministério
de 1980



casas e moradias precárias autoconstruídas nas periferias. Estima-se que temos hoje uma demanda habitacional urbana superior a 5 milhões de unidades (1) (compreendendo as necessidades de produção, substituição e recuperação) e que até o final desta década precisaremos construir outros 6,7 milhões (2), elevando nossas carências a um número total de 12 milhões.

Como enfrentar este problema? Financeiramente, podemos calcular o custo do suprimento desta demanda, multiplicando aquela cifra pelo valor unitário médio de 1.400 unidades (3), o que resultaria 16,8 bilhões de UPCs. Ora, este valor, que seria apenas à nossa demanda urbana e não compreenderia os custos de infra-estrutura, é maior que o orçamento da União e corresponde a aproximadamente 60% da renda nacional (4). Ainda que quiséssemos sanar este déficit em 5 anos, precisaríamos comprometer anualmente 12% do produto interno bruto (5). Convém lembrar que, em toda sua história, nossa política habitacional não logrou produzir mais que 4,5 milhões de unidades e que, na sua melhor performance, aplicou o equivalente a 7,2% do PIB (6).

aspiração popular, cuja mera possibilidade de acesso pode repercutir em imediato prestígio para todo aquele que manifeste disposição de promovê-la. Também não podemos deixar de observar a íntima relação da produção habitacional com o processo de geração de renda no setor privado, via construção civil, indústria de materiais de construção e comércio de bens de consumo dos trabalhadores destes setores.

Tais fatores parecem indicar que a questão da habitação não seja o real objetivo de nossa política habitacional e que a lógica que a orienta seja a da preservação do regime, comprometido socialmente com a população e economicamente com o capitalismo privado. Estes compromissos caracterizam o estágio econômico que vivemos, tão marcado pela elevada participação do Estado na provisão da infra-estrutura produtiva e na manutenção da harmonia social, definindo a condução de dois processos antagônicos e interdependentes: de acumulação do capital e de legitimação do sistema (7).

O processo de acumulação fica evidenciado no fluxo de recursos nesta política, cuja origem são as poupanças populares e destino, os setores produtivos ligados à construção civil. O Sistema Financeiro da Habitação, ad-

mas, mulheres, impacta o setor rural
Prestígio político e econômico
decorrente da iniciativa privada.

AMARILLO DO BUAH

ministrando os fundos compostos das poupanças compulsória e voluntária, aplica estes recursos em projetos habitacionais e urbanísticos cujas realizações vão permitir, através de empréstimos de pagamento a longo prazo, a capitalização de juros e correção monetária sobre eles. Dessa forma, são canalizados anualmente ao setor privado substanciais quantias que, se não são necessárias para resolver o problema habitacional, são suficientes para dinamizar a economia, provocando reflexos imediatos na indústria da construção civil e de materiais de construção. Dado o alto grau de absorção de mão-de-obra no setor, seu efeito irradia-se, via consumo dos trabalhadores, para a produção e o comércio de bens de subsistência e consumo básico, com consequente efeito na criação de empregos e na demanda de bens de capital e insumos de produção. Em seguida, as novas habitações construídas vão gerar demanda complementar de produtos duráveis e não duráveis (como mobiliário, eletrodomésticos, utilidades domésticas, materiais de limpeza...) propiciando um novo reflexo na criação de empregos e demanda de equipamentos e matéria-prima. Além disso, a renda adicional criada ao longo deste ciclo vem permitir, por um lado, a elevação do consumo e investimentos das classes produtoras e, por outro, o aumento da base de tributação e propiciar, às diversas esferas de governo, recursos fiscais adicionais para novas inversões públicas (realimentadoras do processo).

O processo de legitimação efetiva-se de duas maneiras: pela demonstração da preocupação governamental com o problema social (estabelecendo uma estrutura administrativa, criando programas e divulgando resultados) e em resposta aos anseios e reivindicações populares (efetivamente produzindo casas, promovendo infra-estrutura e criando empregos). Assim, a legitimação se dá perante as camadas populares (dissimulando os conflitos sociais), a classe média (ampliando a oferta habitacional nesse padrão e ampliando as oportunidades profissionais), os capitalistas (com criação de novas áreas de atuação e com compra de serviços) e as demais esferas do governo (dando acesso ao crédito necessário aos serviços de infra-estrutura e recuperação urbana que legitimam os governos locais, criando oportunidades de acumulação local). Em todos os casos, o que busca é o respaldo necessário à sustentação do sistema.

a política habitacional existente

O Sistema Financeiro da Habitação tem por função articular uma política essencialmente financeira que tem por base dois sistemas acoplados: o Banco Nacional da Habitação e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. A eles cabe captar e aplicar recursos advindos, respectivamente, das poupanças compulsória (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e voluntária (Cadernetas de Poupança), com vistas a cobrir-lhes as despesas de custeio e, principalmente, remunerar os fundos sob seus encargos com juros e correção monetária, a partir das prestações de retorno dos empréstimos habitacionais e urbanísticos.

Dessa forma, temos, de um lado, o BNH financiando moradias populares e obras de infra-estrutura promovidas por Cohab's, Inocoop's, Institutos e Prefeituras e, de outro, o SBPE financiando empreendimentos habitacionais da iniciativa privada através das Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimo. Tanto no BNH quanto no SBPE, as aplicações dos recursos de poupança se fazem de três formas:

1) pelo financiamento à produção — contemplando o beneficiário final com recursos, totais ou parciais, para a produção habitacional de uso próprio, ficando este responsável pelas prestações de retorno (8); 2) pelo

financiamento à comercialização — contemplando o beneficiário final com recursos, parciais ou totais, para a aquisição da habitação, ficando este responsável pelas prestações de retorno; e 3) pelo financiamento articulado à produção e à comercialização — contemplando uma das partes com os recursos necessários à produção habitacional e outra parte com recursos totais ou parciais para a aquisição (9), ficando o beneficiário final com o ônus total do empréstimo e responsável pelas prestações de retorno. Nos três casos, o imóvel fica hipotecado ao agente financeiro como garantia pelo empréstimo e nos três casos a responsabilidade de reposição financeira recai sobre o mutuário adquirente.

O diagrama abaixo esquematiza, para o BNH e o SBPE, o fluxo de recursos entre os fundos de captação e as esferas financeira, de produção e de consumo. Na "esfera de capitalização", estamos agrupando o FGTS e as Cadernetas de Poupança, além das demais fontes de menor participação; na "esfera financeira" — os agentes financeiros e promotores do SFH e os bancos depositários do FGTS, que respondem pela captação e pelo repasse dos recursos; na "esfera de consumo" — os beneficiários finais das diversas modalidades de financiamento e a população depositária de pou-

pança; e na "esfera de produção" — todo o setor produtivo da economia que participa direta ou indiretamente da produção habitacional e efetua os depósitos do FGTS em nome de seus empregados.

Note-se que toda a canalização de recursos é para a esfera de captação, assim como toda a canalização para repasse, efetua-se através da esfera financeira que, na verdade, concentra a própria estrutura da produção financeira. Note-se também, que a esfera de consumo é o próprio sustentáculo da estrutura, contribuindo para a formação dos fundos de capitalização e para a remuneração destes. Note-se ainda, que a esfera da produção é o receptor final do processo, uma vez que, com exceção do recolhimento do FGTS, todos os demais fluxos correspondem a insumos para a produção e/ou aquisição. Lembrando que o FGTS, apesar de recolhido pelas empresas, corresponde a uma poupança dos trabalhadores, podemos dizer que os recursos para sustentação da política habitacional são extraídos do próprio mercado, como subtrações do consumo, e destinados à produção onde são acumulados, enquanto sua reposição e remuneração são imediatamente procedidas pela esfera de consumo.

Podemos perceber, dessa forma, que todo o Sistema Financeiro da Habitação está orientado à promoção do processo de acumulação, já que, como vimos, seus recursos são sistematicamente canalizados à esfera de produção onde, segundo Marx, realiza-se a mecânica de extração da mais-valia (10). Além disto, o SFH permite a auferição de ganhos diversos, de intermediação de crédito e de transferência de mais-valia entre setores, beneficiando, respectivamente, o capital financeiro (11) e o capital circulativo (12).

Podemos também perceber que o SFH está comprometido com o processo de legitimação na busca de respaldo popular, de acordo com as citações político-conjunturais.

O golpe militar de 1964, para sustentação do regime estabelecido, precisava de uma política de aproximação popular e de envolvimento econômico que, durante um período de medidas restritivas gerasse rendas e empregos, ao mesmo tempo que demonstrasse a seriedade do novo regime para com os problemas da população. Tal situação justificava a criação do BNH e a implantação da política de poupança dando início à estruturação do sistema habitacional que viria dar suporte aos demais governos da "revolução".

Com a "política de alívio" iniciada em 1967, no Governo Costa e Silva, completa-se a preparação deste sistema para, juntamente com a real



do crédito, propiciar o reaquecimento da economia. O número de unidades financiadas, que eleva-se de 29 mil, em 1966, para 148 mil em 68 (veja gráfico), permite-nos comprovar a relação da política habitacional com as necessidades políticas e econômicas do regime.

No início da década de 70 o país experimentou os maiores índices de crescimento econômico e as mais baixas taxas de inflação (14), configurando o que veio a ser chamado "milagre brasileiro". Este surto de desenvolvimento, que proporcionou ganhos de legitimidade política à base de demonstrações de eficiência, trouxe em contrapartida as maiores perdas salariais (15), os menores investimentos públicos e bem-estar social e os menores números de financiamentos concedidos pelo BNH desde sua criação (4 mil unidades em 1972, contra 67 mil do SBPE) (16).

Se o "milagre econômico" da gestão Médici não parece ter demandado a participação mais efetiva da política habitacional, a "distensão" do período Geisel precisou novamente servir-se desta para recuperar o prestígio perdido junto à classe trabalhadora. Com o PLANHAP, os financiamentos concedidos elevaram-se a partir de 1975, somando 249 mil em 1977 e 339 mil em 1979 (17) numa aparente demonstração de mudança de postura governamental, diante da derrota eleitoral de 1974.

A "abertura política" do governo Figueiredo tem o evidente objetivo de institucionalizar o "Estado de Segurança Nacional" em bases efetivamente populares, de acordo com seu anunciado processo de democratização. Para tanto, necessita legitimar-se perante as classes trabalhadora e produtora o que é feito mediante uma audaciosa política de produção habitacional maciça e o estabelecimento de programas de maior alcance popular.

O impacto econômico de tais medidas permite-nos relacionar a substancial elevação de financiamentos concedidos (atingindo 626 mil em 1980 e 560 mil em 1982) (18) com a evolução da metragem quadrada de planta aprovada pelas prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro (progredindo, respectivamente, de 4,3 milhões em 1978 para 8,3 em 1981 e de 4 milhões em 1978 para 5,5 milhões em 1980 e 1981) (19) e com a evolução

do lançamento de edifícios residenciais em São Paulo (saltando de 237 em 1979 para 603 em 1981) (20).

Além de atingir o setor imobiliário e da construção civil, seus efeitos extrapolam-se para diversos setores da indústria, o que pode ser avaliado pelo desempenho positivo da produção de cimento e aço (aumentando de 1979 para 1980, respectivamente, 9,3% e 9,6%) (21), enquanto a expansão da demanda agregada, resultante no incremento do número de empregos e na geração de renda, fica caracterizada pela evolução do nível global de consumo. A inflexão da curva do PIB, assim como das demais variáveis apresentadas, exatamente no período em que os financiamentos habitacionais atingem seus números recordes, demonstra que seu comportamento foi ascendente enquanto o desempenho da construção civil induzida pelo SFH o foi, decaindo em seguida junto com esta.

Esta correlação caracteriza e comprova a teoria pela qual o SFH injeta capital no mercado através da compra de materiais e contratação de serviços de construção e urbanização que, por sua vez, criam novos empregos, novos consumos, novas produções e assim por diante. O BNH também aumenta a produtividade na medida em que investe em saneamento, transporte, pólos econômicos e desenvolvimento urbano, criando condições de produção e circulação. Além disso, ele tende a diminuir os custos de reprodução da força de trabalho na oferta de habitações a preços de custo e principalmente criando garantias de trabalho (FGTS) que, antes de onerarem as folhas de pagamento das empresas, promovem uma redução nos salários e um aumento na rotatividade empregatícia. O SBPE, paralelamente, perfaz semelhante tarefa, efetuando empréstimos a pessoas físicas e jurídicas para a produção ou aquisição habitacional e, da mesma forma, injeta capital no setor privado, criando empregos, renda, consumo etc.

a. política habitacional e a realidade recente

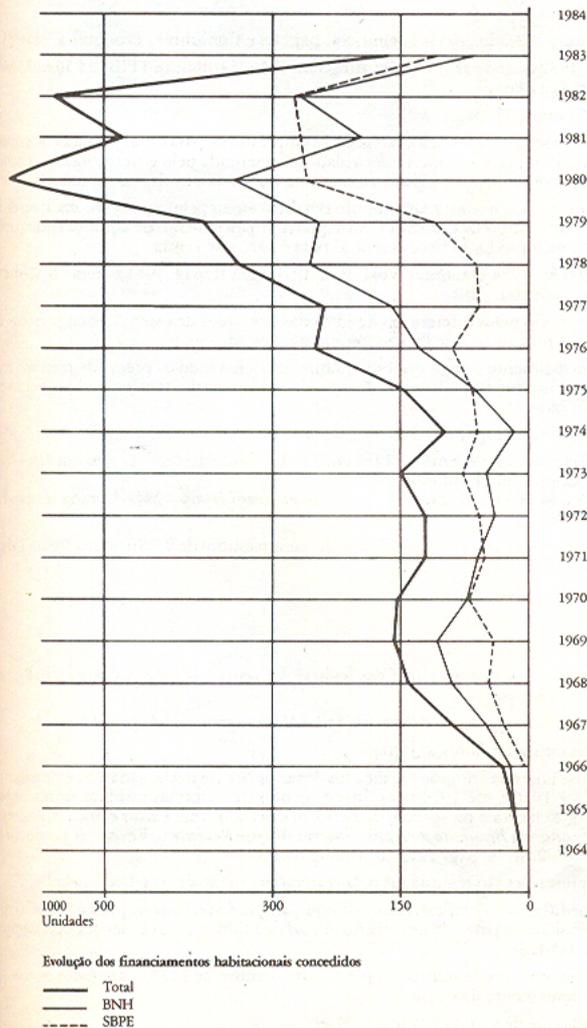
Pudemos constatar que o funcionamento do sistema habitacional brasileiro, embora ineficaz para a solução efetiva do problema da moradia, constitui-se num inovador mecanismo de produção residencial em grande escala sem o comprometimento de recursos público-orçamentários e portanto sem o acentuamento das pressões inflacionárias. Pudemos também perceber que tal mecanismo propicia ganhos de legitimidade e estímulo de produção na medida em que a conjuntura política e econômica assim o demande, e na proporção em que o desempenho do mercado e a disponibilidade financeira assim o permitam.

Se, de um lado, a produção habitacional induzida pelo SFH a partir de 1980 permitiu a amortização e retardamento de uma crise econômica (22) por mais três anos (como vimos), de outro, a recessão e a retração de mercado sentidas em 1983, com a chegada do FMI, criaram-lhe um colapso financeiro que se espelhou não só na construção civil mas no desempenho econômico nacional como um todo. De fato podemos traçar um paralelo entre a crise sócio-político-econômica responsável pela ruptura do "Estado de Segurança Nacional" dos governos da "revolução" e as crises de credibilidade e de recursos vividas pelo SFH. Estas apresentam como causas, fatores absolutamente alheios ao seu campo de decisão:

1) o desemprego e a perda do poder aquisitivo, que aumentam os saques e diminuem a captação líquida nas suas fontes principais, e 2) a defasagem entre os reajustes das prestações e dos salários (23), que aumenta a inadimplência e o torna impopular.

Tal realidade não tem-se alterado com a mudança de governo: o nível de desemprego continua elevado, os salários permanecem rebaixados e a correção monetária, impulsionada pelos altos índices de inflação, ainda preserva o caráter corrosivo das prestações sobre os salários. Entretanto a "Nova República" ainda não demonstrou disposição em atuar sobre estes pontos, preferindo optar pela implementação de estratégias matemático-financeiras de alcance apenas operacional (24). O problema dos 12 milhões de famílias que estarão carentes de habitação em 1990 ainda não foi abordado, tendo sido dada prioridade ao problema de inadimplência dos atuais 4,5 milhões de mutuários. A estes, não foram oferecidos reajustes salariais dignos, mas a correção da prestação de julho em 112% (quando a correção monetária em 1985 teria sido de 246,3%), desde que se abrisse mão da anualidade, por reajustes semestrais correspondentes aos índices de reajustamento de cada categoria profissional.

Ora, esta opção pode também ser entendida como uma forma de pressão sobre a parte atualmente mais fraca do organismo do mutuário — seu bolso — e, como tal, atinge-o em sua individualidade, enfraquecendo a causa coletiva dos movimentos dos mutuários (25). A opção constitui-se, de fato, numa garantia de limite de comprometimento orçamentário para o mutuário, na hipótese de reajustes salariais inferiores aos da correção monetária, quando três questões mereceriam ser colocadas:



1º) como o mutuário poderá vender o seu imóvel, a médio prazo, se o saldo devedor, amortizado mais lentamente, inviabilizar a operação?

2º) como serão cobertos os diferenciais de saldo devedor ao final do contrato?

3º) como o BNH e os agentes do SBPE remunerarão seus depósitos de poupança se o retorno das operações de empréstimo se proceder a índices inferiores aos de remuneração dos depósitos?

Entretanto, é politicamente provável que os salários venham ser reajustados acima da correção monetária. Nesta segunda hipótese os ganhos salariais efetivo estariam elevando as arrecadações operacionais de retorno (26), já que as prestações estariam sendo reajustadas acima dos seus valores corrigidos monetariamente. Do lado do mutuário, as vantagens adquiridas por força do reajuste inicial rebaixado seriam diluídas a médio prazo, revertendo a situação favorável, além da eventual conquista de trimestralidade salarial desencadear o reajuste trimestral das prestações. Do lado do SFH, a nova situação traria ganhos adicionais aos agentes pela diferença positiva entre a taxa de reajustamento das prestações e a taxa de remuneração dos depósitos.

Como a Nova República ainda precisa adquirir a confiança popular, a probabilidade de ocorrência da segunda hipótese parece maior, o que caracterizaria uma nítida intenção de o SFH tirar partido das conquistas trabalhistas e até justificaria a atitude dos bancos em aceitar a redução de arrecadação de retorno no período inicial, em função dos ganhos subsequentes. Estes procedimentos, embora não totalmente lógicos diante do objetivo de solução do problema habitacional, são perfeitamente coerentes com as funções intrínsecas desta política: apoiar o processo acumulativo-legitimatório.

a política habitacional necessária

O tratamento que nosso problema habitacional pede é o da abordagem direta de sua questão central — a provisão de um número de unidades proporcional a nossas necessidades, de acordo com uma política que articule produção residencial no campo e na cidade em relação à geração de empregos urbanos e criação de oportunidades rurais.

O enfrentamento efetivo de um problema não é uma prática inédita no Brasil. Políticas públicas como a energética, rodoviária e de telecomunicações são exemplos deste procedimento aplicados aos setores funcionais à reprodução do capital. O problema habitacional, assim como outros problemas sociais, pede semelhante tratamento, ainda que para isso demande completa reestruturação em sua política já que, na atual configuração, não dispõe nem de recursos na proporção necessária nem de mercado na capacidade suficiente para assimilar a habitação, enquanto mercadoria.

A política habitacional que o país precisa tem que ser o produto de uma criteriosa análise de nossas necessidades sociais, que vá definir seu grau de prioridade dentre as demais carências. Deve, como resultado, obter comprometimento governamental para com a solução de seus problemas (e não de problemas macroeconômicos ou político-conjunturais), tanto no campo das intenções (determinação de atuação) quanto das alocações de recursos.

Políticas habitacionais socializadas mostram quanto isto é possível. O exemplo da política habitacional inglesa (dentro da lógica do welfare state) demonstra-nos que o sistema de aluguel subsidiado é uma alternativa viável dentro do próprio capitalismo, já que tem sido capaz de promover oferta de unidades residenciais de acordo com suas carências (a partir de recursos orçamentários desobrigados de retorno), e de permitir acesso a elas em função das unidades numéricas e locais de cada família (e não em função de seu poder aquisitivo). Traz também a vantagem de permitir ao trabalhador uma mobilidade residencial além de dar ao governo um importante instrumento de planejamento urbano (com o controle total da variável urbana — morar) e econômico (durante a produção, cria empregos e atividade econômica, e, durante a locação, subsidia o salário dos trabalhadores permitindo-lhes aumentos de consumo que dinamizam o comércio).

Entretanto, nossa política necessária demanda mais do que o enfrentamento efetivo do problema já constituído. Precisa abordar suas causas, precisa atuar na origem do problema do crescimento descontrolado das cidades. O exemplo cubano dá mostras de como as políticas urbana e rural devem estar articuladas com a política econômica: a criação de conjuntos habitacionais no campo (concentrando uma população rural normalmente dispersa) viabiliza a oferta de serviços e equipamentos públicos propiciando uma qualidade de vida rural equivalente à das cidades. Tal procedimento participa de uma política de desenvolvimento integrado que, de

um lado, dá maior peso à produção agropecuária rural dentro da contagem da renda nacional e, de outro, eleva o padrão de vida rural minimizando a pressão demográfica sobre os centros urbanos.

Finalmente, a política habitacional deve refletir os anseios da população, deve contar com sua participação e deve atuar sobre sua realidade. A experiência das cooperativas habitacionais uruguaias exemplifica a organização e o trabalho coletivos podem atuar eficazmente na produção de unidades compatíveis com a situação física e financeira dos cooperados.

A política habitacional necessária não pode servir de meio a nenhum outro objetivo que não o seu próprio. O bem-estar da população depende desta premissa, o acesso à moradia deve ser seu fim.

Paçoal M. C. Guglielmi, arquiteto do BNH-SP, é professor de urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, FEBASP, e da Escola Nacional de Habitação e Poupança, HAP.

bibliografia básica

- O'Connor, J., 1977, *USA: A Crise do Estado Capitalista*, Editora Terra, R.J.
- Guglielmi, P.M.C., 1984, *Habitação, Ordem e Progresso: a política habitacional brasileira, a legitimação do regime e a acumulação capitalista*, dissertação de mestrado EAESP-FGV, S.P.

referências

- (1) Guglielmi, 84, pág. 167.
- (2) BNH, Relatório DPLAC, ago/84.
- (3) Valor estimado em função do percentual dos investimentos do SFH (BNH + SBPE) nos 20 anos por programa e região, de acordo com os valores médios unitários de investimento. Fonte: BNH, Relatório DPLAC, set/84.
- (4) Calculado pelo valor médio da UPC em 84 e comparado com o PIB de 84. Fonte: Conjuntura Econômica, mar/85.
- (5) Cálculo baseado em Guglielmi, 84, pág. 68 e Conjuntura Econômica, mar/85.
- (6) Em 1982 quando as aplicações atingiram Cr\$ 3,6 trilhões e o PIB Cr\$ 50 trilhões, acima cidades.
- (7) O'Connor, 77, pág. 19-21.
- (8) Podem ser incluídos nesta categoria os empréstimos para obras públicas, nos quais o beneficiário final é a própria coletividade representada pelo governo local ou estadual, ainda que por empresas públicas de saneamento ou desenvolvimento urbano.
- (9) Este é o caso das contratações de obras habitacionais pelos agentes promotores do plano-empresário do SBPE, nos quais o financiamento de aquisição quita o custo para produção e o diferencial para o preço de venda.
- (10) Marx, K., 1954 *O Capital*, Vol I, Part. III, Cap. VII, pág. 191. Lawrence & Wishart, Moscou.
- (11) Favorecido pelos diferenciais de juros das operações de captação e empréstimos a prazos funcionais que lhes propiciam ganhos adicionais.
- (12) Principalmente o setor imobiliário que, inflacionando os preços de mercado para obter um lucro, que não advém da geração de renda mas de transferência via perda para os compradores.
- (13) Guglielmi, 84, pág. 92-99.
- (14) PIB cresceu 13,3% em 71 e 14% em 73. A inflação desceu a 17,3% em 71 e 17,7% em 72. Conjuntura Econômica, jun/84.
- (15) Alves, M.H.M., 84, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Livraria Martins, S.P., pág. 331.
- (16) Tempo necessário à aquisição da ração mínima subiu de 95 horas em 69 para 138 horas em 84. Fonte: DIEESE.
- (17) Relatório BNH, 1976.
- (18) Relatório BNH, 1982.
- (19) Relatório BNH, 1982.
- (20) Números calculados a partir das revistas A Construção SP e A Construção RJ, de Guglielmi, 84, pág. 63.
- (21) Equipe Levantamento e Pesquisa Ltda. Ver Guglielmi, 84, pág. 64.
- (22) Conjuntura Econômica, jun/84.
- (23) A crise não teria atingido em meados dos anos 70 e foi postergada à base de gastos com energia elétrica e prospecção de petróleo. Serra, J., 82, *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra: A Crise Recente* in Revista de Economia Brasileira, Vol. 2, nº 3, pág. 121, Ed. Brasiliense, SP.
- (24) As prestações são reajustadas pela correção monetária e os salários pelo INPC.
- (25) A medida mais significativa foi a de equiparação do reajuste da prestação ao da taxa profissional, a partir de um reajuste inicial de 112%, para aqueles que optassem por trimestralidade.
- (26) Os movimentos de mutuários pleiteavam reajuste de 112% para todos os casos, independentemente da opção.
- (27) Ainda que dentro do limite de 3% estipulado.